

XIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
Sociedade Brasileira de Economia Política

O Golpe Civil-Militar e o II PND

Carlos Henrique Lopes Rodrigues¹

Área Temática 2: *História Econômica e Economia Brasileira*

Sub-Área 2.3: *Economia Brasileira Contemporânea*

Submetido às Sessões Ordinárias

¹ Doutorando em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP, Mestre em História Econômica pela UNICAMP, Graduado em Ciências Econômicas pela UNESP e Professor do Curso de Ciências Econômicas da UFVJM.
E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br

Resumo

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros e a resistência de setores militares, João Goulart assume a presidência com poderes limitados devido à instauração do Parlamentarismo, contudo, através de plebiscito retoma-se o Presidencialismo. Nesse momento, estava em disputa um projeto de Nação, isto é, um país mais democrático, com participação popular, reforma-agrária, recuperação do nível salarial, um desenvolvimento capitalista mais autônomo, ou outro projeto, em que seria tolhida a participação popular, manter-se-ia o grande latifúndio, o salário continuaria baixo e o desenvolvimento dar-se-ia a partir de uma dependência e subserviência aos interesses do grande capital monopolista transnacional. Com o golpe civil-militar, o segundo projeto sai vitorioso e as conquistas sociais, econômicas e políticas que vinham se acumulando são desarticuladas e os interesses das burguesias conservadoras agrária, financeira e industrial, associadas ao capital internacional, em uma situação de dependência/subordinação, são contempladas. A política econômica do primeiro governo militar denominada PAEG vai promover as mudanças que satisfazem esses interesses e o II PND, através de suas metas e seu financiamento, vai aumentar significativamente a dependência, incorrendo em um elevado aumento da dívida externa brasileira que, com o segundo choque do petróleo e a elevação da taxa de juros dos Estados Unidos no final da década de 1970 irão demonstrar a vulnerabilidade da economia nacional e seu nível de dependência, principalmente quando o país, no início da década de 1980 faz o ajustamento para pagar os juros dessa dívida. Esse trabalho está dividido em: os antecedentes do golpe, a articulação que estava ocorrendo, o golpe civil-militar, a implementação do II PND e sua crise, com o objetivo de demonstrar que a ditadura militar no Brasil impediu um acerto de contas com o passado, no sentido de promover um desenvolvimento capitalista menos dependente e com participação popular nos processos decisórios.

Palavras-chave: Golpe, dependência, subordinação e II PND.

Abstract

After the resignation of President Jânio Quadros and the resistance of the military sectors, Joao Goulart assumed the presidency with limited powers due to the introduction of Parliamentarism, however, through plebiscite came back the Presidentialism. At this moment, was in dispute a project of Nation, that is, a more democratic country, with popular participation, agrarian-reform, recovery of wage level, a more autonomous capitalist development, or another project, that would be dwarfed popular participation, keep up the great latifundia, low wages and development would still from a dependency and subservience to the interests of large transnational monopoly capital. With the civil-military coup, the second project emerges victorious and the social, economic and political achievements that had been building up are unarticulated and the interests of the agrarian, industrial and financial conservative bourgeoisie, associated with international capital, in a situation of dependency/subordination are contemplated. The economic policy of the first military government called PAEG will promote changes that satisfy those interests and the II PND, through its goals and its funding, will significantly increase the dependency, incurring a large increase in Brazilian foreign debt that, with the second shock oil and the rise in interest rates in the United States in the late 1970s will demonstrate the vulnerability of the national economy and their level of dependence, mainly when the country in the early 1980s makes the adjustment to pay the interest on that debt. This work is divided into: the antecedents of the coup, the joint that was occurring, the civil-military coup, the implementation of PND II and its crisis, aiming to demonstrate that the military dictatorship in Brazil prevented a reckoning with past, to towards promote one less dependent capitalist development and with popular participation in decision making.

Keywords: Coup, dependency, subordination and II PND

1) Introdução

O golpe civil-militar no Brasil foi articulado por setores conservadores da burguesia agrária, financeira e industrial, além de grande parte dos oficiais militares, apoiados pelos interesses do grande capital internacional dos Estados Unidos. Já havia, por parte desses setores um grande descontentamento com o segundo governo do presidente Getúlio Vargas, mas seu suicídio, dada a repercussão, vai inviabilizar um golpe naquele momento e a eleição de Juscelino Kubitschek vai atender, de certa forma, esses interesses com a internacionalização da economia brasileira, através da entrada de grandes monopólios transnacionais, principalmente no setor de bens de consumo duráveis, representados pela indústria automobilística, beneficiado pela Instrução 113 da Sumoc e aumento do endividamento externo.

O golpe impede transformações sociais que tinham como objetivo promover a participação popular nos destinos da Nação, em um momento cuja participação popular e sindical ganhavam força e pressionam o governo por mudanças, muitas delas ancoradas nas chamadas Reformas de Base.

Antes do golpe há uma orquestração dos setores sociais conservadores que indispostos com os rumos que a economia e a sociedade brasileiras estavam tomando, articulam, junto com representantes do governo estadunidense, um golpe militar no Brasil, apoiados pela propaganda da grande imprensa nacional.

Os Estados Unidos encaminham para o país os *Boinas Verdes*, uma tropa de elite militar, além de articular a operação *Brother Sam*, que era o apoio militar para o golpe, mas que não foram utilizadas, pois não houve resistência. Ainda o complexo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) trabalhava contra o governo democraticamente eleito e conspiravam sua deposição.

Após o golpe civil-militar, o governo autoritário Castelo Branco, promove a política econômica conhecida com PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) que vai criar as bases para o recrudescimento do endividamento brasileiro principalmente no período do Plano econômico do governo militar Geisel, conhecido como II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico), que tinha como meta consolidar o parque industrial brasileiro à luz da Segunda Revolução Industrial.

Esse Plano aumenta a dependência e a vulnerabilidade econômicas do Brasil, pela forma como foi promovido seu financiamento, em um momento em que a taxa de juros internacional

era baixa, porém flexível, fruto da crise estrutural do capital na década de 1970 e da necessidade de reciclar os petrodólares. O Brasil foi um dos países eleitos para essa reciclagem, desta feita, no final da década de 1970 o segundo Choque do Petróleo e a política de retomada da hegemonia estadunidense vieram demonstrar o equívoco da política econômica vigente até então e propiciada pelos rumos da economia nacional após o golpe militar.

2) Antecedentes do Golpe Civil-Militar

Desde a posse do Presidente João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, antes de completar sete meses no cargo, havia um movimento contrário à sua posse, com o argumento de que ele seria alinhado ao movimento de esquerda, ao movimento sindical, entre outras acusações, muito devido a sua postura como Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas² em que defendeu o aumento de 100% para os trabalhadores que ganhavam o salário mínimo e quando da renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente estava em viagem oficial na China após visita à URSS.

Para Goulart conseguir assumir a presidência da República, instituiu-se o regime parlamentarista, onde os poderes do presidente seriam significativamente diminuídos. “Os dois grandes partidos conservadores (UDN e PSD) articulavam, desde as primeiras horas da crise, a chamada ‘solução de compromisso’: a emenda constitucional que instituía o regime parlamentarista” (TOLEDO, 1982, p.18). Parte das Forças Armadas não queria a posse de Goulart e a ala mais nacionalista dos militares defendia sua posse.

Tancredo Neves do PSD mineiro foi o primeiro presidente do Conselho de Ministros, sucedido por Moura Andrade e, por fim, Hermes Lima. Em 6 de janeiro de 1963 houve o Plebiscito e o regime Parlamentarista foi extinto retornando o Presidencialismo defendido por João Goulart.

² Nas palavras de Bastos (2012, p.409-10), “Vargas nomeou João Goulart como ministro do Trabalho, atendendo a demandas de alas à esquerda no PTB e no movimento sindical [...]. Depois do sucesso da paralização dos 100 mil, o movimento grevista não arrefeceu, estimulado pela proposta de Jango de duplicar o salário mínimo em 1954, e por sua gestão favorável às reivindicações redistributivas nos conflitos capital-trabalho”. João Goulart também fora vice-presidente da República durante o mandato de Juscelino Kubitschek. Nesse cargo era frequentemente acusado de “animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores” (TOLEDO, 1988, p.16). Como Ministro do Trabalho sofria a acusação de “diariamente insuflar graves e de pregar a luta de classes. Seu maior sonho, afirmam seus críticos, seria implantar no Brasil a ‘República sindicalista’ nos moldes do justicialismo peronista” (TOLEDO, 1988, p.14).

Para tentar conter a crise pela qual o país passava, inflação e deterioração das relações de troca, o presidente nomeia Celso Furtado como Ministro do Planejamento, o qual formula o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social, para vigor no período de 1963 a 1965, propondo reformas de base para a economia brasileira.

O Plano Trienal³ propunha conservar o nível salarial dos trabalhadores, promover uma reforma agrária, desenvolver o mercado interno, intensificar o desenvolvimento industrial, conter a inflação⁴, entre outros.

O Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, dirigiu-se aos Estados Unidos, na tentativa de conseguir ajuda financeira para o fechamento do Balanço de Pagamentos e viabilizar o Plano Trienal, pois os serviços com a dívida externa e as remessas de lucro para o exterior consumiam quase a totalidade do saldo da balança comercial brasileira.

Em resposta a acusação da imprensa dos Estados Unidos de que o Brasil não utilizava de forma adequada os recursos e constatando que essa acusação pudesse comprometer a aquisição de novos empréstimos, o Itamaraty reagiu e demonstrou que os recursos que saíam do país eram maiores do que os que entravam. Nas palavras de Muniz Bandeira (1978, p.91):

De acordo com cifras oficiais, US\$ 1.814 milhões, em empréstimos e investimentos, entraram no Brasil, entre 1947 e 1960, e saíram, no mesmo período, US\$ 2.459 milhões, sob a forma de remessas de lucros e de juros, deixando um saldo negativo da ordem de US\$ 645 milhões, que, em realidade, era muito maior, pois, sob a rubrica *Serviços*, ainda se evadiram mais US\$ 1.022 milhões, como remessas clandestinas de lucros.

³ Para Ianni (1971, p.214), “pode-se dizer que o Plano Trienal correspondeu à primeira tentativa de planificação global e globalizante. E podemos acrescentar que esse Plano resultou da convergência positiva de condições políticas e econômicas internas e externas. Entretanto, o Plano Trienal não pôde ser executado porque então se aprofundava com rapidez o divórcio entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. O Legislativo, por um lado, estava muito mais comprometido com a sociedade agrária; isto é, com a economia primária exportadora. Além disso, tendia a possuir uma visão muito mais retórica e fragmentária dos problemas econômicos, monetários, cambiais e fiscais do País. O Executivo, por seu lado, estava muito mais comprometido com a sociedade industrial e financeira. Era composto de políticos, administradores, técnicos e economistas de mentalidade mais ‘urbana’, formada pelo pensamento técnico-científico produzido no âmbito da industrialização. Devido a essas condições e à posição privilegiada que ocupavam no sistema de poder, os componentes do Executivo podiam elaborar uma compreensão mais globalizante dos problemas nacionais e das soluções necessárias”.

⁴ Francisco de Oliveira identifica algumas similitudes entre o Plano Trienal e o PAEG, plano econômico do primeiro governo militar, em suas palavras: “a identidade do erro deriva da identidade das supostas causas: a de que se estava em presença de uma inflação de demanda; o remédio era, num como noutro caso, a contenção dos meios de pagamentos, o corte nos gastos governamentais, e o resultado foi, numa como noutra experiência, a recessão, breve a primeira e prolongada a segunda”. André Lara Resende (1990, p.222) escreve que “a política fiscal restritiva de 1964 e 1965 completou o pacote ortodoxo inicialmente introduzido com o Plano Trienal no início de 1963 e acabou determinando a queda da produção industrial de 4,7% em 1965”.

Os Estados Unidos impuseram uma série de contrapartidas para que o governo brasileiro tivesse a liberação dos recursos pleiteados e o presidente mostrou-se disposto a realizá-las, como o pagamento aos acionistas da AMFORP⁵. O presidente Goulart encaminhou cartas ao presidente dos Estados Unidos se comprometendo com as exigências, mesmo assim, a propaganda do embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, acusando a participação de comunistas no governo restringiram a quantia liberada em “apenas US\$ 84 milhões, prometendo US\$ 314,5 milhões para o ano fiscal de 1964, caso as medidas de contenção inflacionária fossem efetivamente aqui aplicadas; antes, contudo, deveriam elas ser aprovadas por uma comissão do FMI” (TOLEDO, 1988, p.50).

O acordo do governo brasileiro com os Estados Unidos e a retirada dos subsídios do trigo e do petróleo que redundou no aumento de preço da cesta de consumo dos trabalhadores e a elevação da inflação causou uma reação, “os sindicatos⁶, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o PCB e outras organizações populares intensificaram o combate ao Plano Trienal” (BANDEIRA, 1978, p.98). Assim como a Liga Camponesa e a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), oriunda do CGG (Comando Geral de Greve) e transformada em CGT em 1962.

Diante da polarização, afirma Toledo (1982, p.72), “de um lado, estariam os trabalhadores urbanos e rurais, os soldados, os estudantes; de outro, os empresários, os militares⁷,

⁵ “O caso da compra da AMFORP – o ‘escândalo da AMFORP’ como ficou conhecido na imprensa da época – transformou-se em grave problema político para a administração Goulart. Enquanto retirava os subsídios para o trigo e o petróleo e cortava alguns investimentos públicos, sob o pretexto de combater a inflação, o governo brasileiro anunciava, em fins de abril, que se ultimavam os entendimentos para a compra da AMFORP. San Tiago Dantas e Roberto Campos tinham acertado com os representantes da empresa norte-americana o valor da transação: 188 milhões de dólares. Na mesma ocasião, um grupo de trabalho integrado por técnicos brasileiros (CONESP) – dissolvido logo a seguir por Goulart – avaliava os bens da AMFORP em torno de 57 milhões de dólares” (TOLEDO, 1988, p.51). O negócio foi concluído no governo militar de Castelo Branco.

⁶ “O sindicalismo brasileiro, no triênio 61/63, alcançou um dos seus momentos de mais intensa atividade (de 1958 a 1960, no governo Kubitschek, tinham ocorrido no país cerca de 177 graves, enquanto nos três anos seguintes foram deflagradas um total de 435 paralisações); o que mais distinguiu o movimento sindical nestes 3 anos, porém, foi o seu crescente engajamento nas lutas partidárias dessa conjuntura de crise” (TOLEDO, 1988, p.72-73).

⁷ Sobre o posicionamento dos militares, assevera João Manuel Cardoso de Mello (1990, p.12-13): “você tem uma corrente progressista, que na verdade é um desdobramento da Aliança Nacional Libertadora, que vem do Prestes, é nacionalista-progressista, são aqueles que fazem a campanha do petróleo, estão metidos no aparelho de estado. Têm origem na coluna Prestes, tem uma ala que é isso. Tem outra ala que é o pessoal autoritário-modernizador. Um representante típico deles é o general Geisel. É a favor da industrialização, quer construir o país e tal, mas não gosta do povo, sindicato, partido, acha que é uma atrapalhação danada [...]. E você tem minoritariamente uma coisa liberal-conservadora, meio democrata, essa coisa desse liberalismo fajuto Brasil [...]. E tem ainda os profissionais mesmo, que não se metem em política. Mas a briga se faz em torno dos nacionalistas e autoritários-modernizantes, vem de 30 e vai se expressar mais recentemente no Clube Militar”.

a Igreja, etc.”, nessa conjuntura, o governo de João Goulart acabaria por insistir nas Reformas de Base.

Os grupos de direita representados pelos partidos PSD e UDN defendiam, em sua maioria, o golpe civil-militar e a intervenção dos Estados Unidos no Brasil. No final da década de 1950 e início da seguinte, são criados dois Institutos, cujos financiados eram egressos de “industriais brasileiros e estrangeiros, de banqueiros nacionais e multinacionais, de proprietários rurais, de companhias de segurança e de publicidade etc” (TOLEDO, 1982, p.86), o IBAD e o IPES⁸. De acordo com Toledo (1988, p.84):

O complexo IPES/IBAD procurou desempenhar, assim, o papel de ‘verdadeiro partido da burguesia – a vanguarda das classes dominantes – e seu estado-maior para a ação política, ideológica e militar’. Entre os objetivos perseguidos pela organização, destacavam-se: impedir a solidariedade da classe operária; conter a sindicalização dos trabalhadores rurais e a mobilização dos camponeses; apoiar as facções de direita dentro da Igreja Católica; dividir o movimento estudantil, bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e nas Forças Armadas; mobilizar a alta oficialidade militar e as ‘classes médias’ para a desestabilização do regime ‘populista’. A tarefa ‘construtiva’ do IPES/IBAD estaria na sua proposta de uma nova ordem sócio-política sob a hegemonia do capital multinacional e associado [...]⁹.

Desta forma, constata-se que havia um apoio internacional, principalmente por parte dos Estados Unidos contra o governo democrático de João Goulart, é claro que com o apoio de setores conservadores brasileiros, comprometidos com o imperialismo estadunidense. Nas Palavras de Bandeira (1978, p.126),

Os agentes da CIA teceram, sem dúvida, toda rede da conspiração contra o governo de Goulart, com a colaboração não só de militares brasileiros, mas, também, de latifundiários, comerciantes e

⁸ “Miguel Arrais demonstrou com documentos que o IBAD recebeu contribuições da Texaco, Shell, Ciba, Schering, Coca-Cola, IBM, Esso, Cigarros Souza Cruz, Hanna Mining Corp., General Motors, etc. O IPES conseguiu ajuda financeira de 297 corporações norte-americanas; contribuições também vieram da Alemanha Ocidental, Inglaterra, Bélgica, etc. Recursos da central Intelligence Agency (CIA), agências governamental norte-americana, foram igualmente canalizados para as campanhas do IBAD” (TOLEDO, 1988, p.86).

⁹ Demonstrando a participação de militares brasileiros nesses institutos, escreve René Draiffus (1987, p.365-366), “é possível depreender que militares das três Armas trabalhavam com o IPES. Muitos deles haviam deixado a ativa. Entretanto, eram figuras de prestígio entre os militares e sua opinião era de peso. Muitos desses oficiais, como se poderia esperar, eram formados pela Escola Superior de Guerra, mas outros militares influentes que não receberam treinamento na ESG também faziam parte da rede IPES/IBAD, que incluía oficiais de todos os escalões, desde generais de quatro estrelas até jovens tenentes. Muitos desses oficiais eram conhecidos oponentes do regime de João Goulart, fazendo parte do grupo de coronéis e majores que publicou o manifesto anti-Getúlio Vargas em 1954 e sendo também membros da Cruzada Democrática, o agrupamento político de oficiais de centro-direita que disputou eleições no Clube Militar. Outros oficiais, entretanto, ocupavam pontos-chave durante a administração João Goulart e não se suspeitava que muitos deles pertencessem ao complexo IPES/IBAD ou que estivessem envolvidos em conspiração ativa contra o governo”.

industriais, amatlhando os radicais de direita para atos de terror e sabotagem, lutas de guerrilhas e antiguerrilha. Os depósitos de material bélico, bem como os campos de treinamento militar espalhavam-se por todo o país, escondidos em igrejas e fazendas. E organizações como Ação de Vigilantes do Brasil, Grupo de Ação Patriótica, Patrulha da Democracia, Mobilização Democrática Mineira e outras apareceram em todos os Estados, como forças policiais paralelas, espécie de milícias fascistas, num processo de crescente irradiação.

Nos anos que antecederam o golpe civil-militar houve uma entrada maciça de norte-americanos, principalmente no Estado do Nordeste, conforme tabela abaixo, que eram os chamados *Boinas Verdes*, “uma unidade de elite, treinada e especializada na tarefa de combater movimentos de esquerda e reprimir intentos de insurreição” (Bandeira, 1978, p.138).

Anos	Entrada de Norte-Americanos
1958	1.905
1959	1.462
1960	1.184
1961	não há registro
1962	4.968
1963	2.463
1964	764
1965	979
1966	823

Fonte: Muniz Bandeira (1978, p.138).

O terreno para a deposição do presidente João Goulart e a instauração da ditadura militar estava preparado, vitória que os setores conservadores tentavam desde a sua posse, após a renúncia de Jânio Quadros e antes com o presidente Getúlio Vargas, cujo suicídio procrastinou o Golpe civil-militar em uma década¹⁰.

¹⁰ De acordo com Bastos (2012, p.426), o suicídio de Vargas foi um gesto político capaz de influenciar os rumos do processo político e econômico posterior, não só estancando o esperado crescimento eleitoral da UDN, mas também influenciando o campo diplomático dos Estado Unidos, que acreditara, nos primeiros dias de agosto, que chegara a hora de abrir um espaço mais favorável para o capital estrangeiro no setor petrolífero, tornando-se bem mais pessimista depois do suicídio”.

3) O Golpe Civil-Militar

Os setores conservadores posicionavam-se contra João Goulart, os Estados Unidos, principalmente através de seu embaixador no Brasil Lincoln Gordon, faziam a articulação contra o regime democrático e mandaram para o país os *Boinas Verdes*, que eram militares treinados para atuar no Golpe, caso houvesse resistência, além disso, houve a *Operação Brother Sam*¹¹, que era o envio de apoio militar, mas que não precisou ser utilizados, pois não houve resistência, mesmo porque Jango deixava, desde sempre, bastante claro, que não queria derramamento de sangue ou uma guerra civil.

É inegável que essa operação dos Estados Unidos não ocorreria sem a participação e apoio brasileiros¹². “A CIA colaborava com as diversas correntes de oposição a Goulart e seus agentes se reuniram, algumas vezes, com o Marechal Denis, em casa do advogado Antônio Neder” (BANDEIRA, 1978, p176). Além de o governo estadunidense liberar recursos financeiros para governadores que faziam oposição ao presidente, através da “Aliança para o Progresso”.

Goulart pressionado pela esquerda, após o fracasso do Plano Trienal e acusado de “esquerdismo” pela direita vai posicionar-se no sentido de intensificar a defesa das Reformas de Base, considerando-as imprescindíveis para o país e colocando-se contra o imperialismo norte-americano. Nas palavras de Caio Navarro de Toledo (2004, p.42-43):

¹¹ Muniz Bandeira (1978, p.174) ressalta que essa Operação “consistia na expedição para o Brasil de uma força-tarefa, composta pelo porta-aviões *Forrestal*, destróieres de apoio, entre os quais um com mísseis teleguiados, navios carregados de armas e mantimentos, bem como quatro petroleiros (*Santa Inez*, *Chepachet*, *Hampton Roads* e *Nash Bulk*), com um total de 136.000 barris de gasolina comum, 272.000 barris de óleo diesel e 20.000 barris de gasolina de avião, 35.000 barris de óleo diesel e 20.000 barris de querosene. A fim de atender às necessidades mais prementes dos insurrectos, sete aviões de transporte C 135, levando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça, oito aviões-tanques, um avião de comunicações e um posto aéreo de comando estabeleciam uma ponte-aérea, ligando as bases norte americanas e o Brasil”.

¹² “A imprensa toda, em todo o País, com exceção de *Última Hora*, se havia colocado contra o Presidente e o acossava” (BASBAUM, 1976, p.55). René Dreiffus (1987, p.363-364) chama a atenção para o papel no golpe civil-militar do General Golbery, “que não era simplesmente o chefe nacional do setor encarregado da preparação estratégica do IPES, para o qual havia sido contratado pelos empresários em fins de 1961. Ele desempenhava também um papel central na campanha militar para a deposição de João Goulart como coordenador da articulação encoberta entre os vários líderes do movimento”. Prossegue o autor, “um dos grupos que rodeavam o General Golbery, o Tenente-coronel João Baptista Figueiredo foi instrumental na liderança de um amplo círculo de oficiais de médio escalão. Esses oficiais faziam parte do comando operacional da campanha para o golpe e permitiam que o General Jurandir Bizarria Mamede, da ESG, um conspirador histórico e chefe da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, agisse como um verdadeiro chefe das operações fornecendo-lhe as bases hierárquicas e operacionais necessárias. O General Golbery, juntamente com os Generais Herrera e Liberato, lideraram o grupo da Escola Superior de Guerra (ESG) dentro do IPES”.

Na visão dos protagonistas do Golpe, a crescente mobilização política e o avanço da consciência ideológica dos setores populares e dos trabalhadores, que se acentuava na conjuntura, poderiam implicar o questionamento do sistema político e da ordem econômica e social que, a rigor, deveriam permanecer sob o estrito controle e domínio das classes possuidoras e proprietárias [...]. Entre outros fatores e motivações, estas forças se identificavam pelo caráter antipopular de suas convicções (contrários a uma democracia com maior e ativa participação popular), pelo anti-reformismo social, pela incontestável aceitação da supremacia econômica, militar e ideológica do imperialismo norte-americano, pelo radical anticomunismo etc¹³.

Em outubro de 1963 João Goulart encaminhou ao Congresso uma solicitação de Estado de Sítio¹⁴, a qual lhe fora negada. O governo era acusado de querer dar um Golpe para perpetuar-se no poder, situação que desagradava alguns políticos que se declaravam candidatos, como Juscelino Kubitschek, que acabaram por se afastar de Goulart.

Em janeiro de 1964 o presidente Goulart sanciona a Lei 4.131, que restringe a remessa de lucros das empresas para o exterior, projeto este que já havia sido aprovado pelo Congresso Nacional desde setembro de 1962, essa Lei gera um grande descontentamento dos interesses imperialistas estadunidenses¹⁵.

¹³ Para Octávio Ianni (1971, p.220), “a questão principal, para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, não era simplesmente um problema de reformas de base, como então se dizia. O problema principal era a reestruturação do poder político, de modo a ‘corrigir’ ou reorientar os objetivos e os meios da política econômica governamental, de modo a alcançar-se a realização de uma fase superior no desenvolvimento econômico e social do País. Somente por meio da reelaboração das relações entre o poder político e o poder econômico seria possível resolver alguns dos dilemas que se haviam produzido e desenvolvido nos anos anteriores. Não se tratava apenas de crise da ‘democracia representativa’”. Para Sonia Mendonça e Virginia Fontes (1996, p.13), “afigurava-se um impasse entre Executivo e Legislativo que demonstrava tanto o caráter progressista do primeiro quanto o conservadorismo do segundo, expressando porém o aumento da representatividade de ambos. Inviabilizando as formas tradicionais de política”

¹⁴ “A justificativa do Ministério da Justiça esclarecia que o Executivo necessitava de poderes especiais para impedir ‘grave comoção intestina com caráter de guerra civil’ que punha em ‘perigo as instituições democráticas e a ordem política’. Explicitamente eram indicadas algumas das situações internas que perturbavam a ordem institucional: ‘manifestações coletivas de indisciplina’ nas políticas militares de alguns estados; ‘subelevação de graduados e soldados’ (Revolta dos Sargentos) que punha em risco a disciplina e hierarquia militares; as frequentes reivindicações salariais que passavam a ‘ser fatores de agravamento da crise político-social’ (...) e, por fim, o fato de existirem governadores de importantes estados ‘conspirando’” (TOLEDO, 1988, p.60). Antes, o governo Jango, juntamente com San Tiago Dantas tentara a formação de uma Frente Ampla, mas a mesma foi malsucedida por falta de apoio. Para Basbaum (1977, p.38), “a finalidade desse estado de sítio era, principalmente, intervir na Guanabara, afastar Carlos Lacerda do Governo, fechar o jornal ‘Tribuna da Imprensa’ e, possivelmente outros jornais. Mas eis que se levanta uma nova onda contra ele partindo de todos os lados, da direita e da esquerda. Até os comunistas foram contra”.

¹⁵ “Duas grandes polêmicas agitavam o período: as reformas de base e a luta anti-imperialista. As manifestações do Executivo a esse respeito foram manter a política externa independente, estabelecer limites para a remessa de lucros ao exterior e, finalmente, em março de 1964, enviar ao Congresso o projeto de reformas” (MENDONÇA & FONTES, 1996, p.13-14).

No mesmo ano em que o presidente sanciona essa Lei, no dia 13 de março, há o Comício das Reformas¹⁶, organizado pela CGT, o qual é tido, por muitos, como uma guinada à esquerda de Jango, de acordo com Caio Navarro de Toledo (1988, p.97):

Após 3 horas de inflamados discursos, Goulart encerrou o ato anunciando a promulgação de dois decretos: o da nacionalização das refinarias de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras (com mais de 100 hectares) que ladeavam as rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos federais. Promete também enviar ao Congresso outros projetos de reformas (agrária, eleitoral, universitária e constitucional); anunciou ainda que nos próximos dias decretaria algumas medidas urgentes ‘em defesa do povo e das classes populares’ (tabelamento de aluguéis, controle dos preços, etc.). No seu discurso, Goulart atacou a ‘democracia dos monopólios nacionais e internacionais’, as ‘associações de classes conservadoras’, a ‘mistificação do anticomunismo’, a campanha dos ‘rosários da fé contra o povo’, os ‘privilégios das minorias proprietárias de terras’, etc¹⁷.

O Comício ajudou a precipitar o golpe civil-militar que, como vimos já se esboçava há bastante tempo. A reação da imprensa foi imediata e no dia seguinte “O *Correio da Manhã* gritava em manchete: CHEGA! E o *Jornal do Brasil* não deixava por menos: BASTA! E ambos, juntamente com *O Globo*, a *Tribuna da Imprensa*, *O Estado de São Paulo*, convidavam abertamente as Forças Armadas a depor o Presidente” (BAUSBAUM, 1977, p.56). Os setores conservadores organizaram para o dia 19 de março, ou seja, uma semana após o Comício, uma manifestação contra o governo João Goulart, conhecida como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que reuniu em torno de 500 mil pessoas em São Paulo.

Organizada por movimentos femininos – com a inteira colaboração do governo do estado de São Paulo, de setores da Igreja Católica, da FIESP, da Sociedade Rural Brasileira –, a Marcha foi

¹⁶ “Marcado para às 17 horas, já estava desde cedo a praça tomada por enorme multidão. Eram, em sua maioria, operários, alguns com famílias, pois o governador Carlos Lacerda, não tendo conseguir impedir o comício, decretara o dia feriado. Com isso desejava desmoralizar o comício, na certeza de que, com o feriado, os operários prefeririam ficar em suas casas nos subúrbios, a vir para a cidade. Mas o golpe não dera resultado” (BASBAUM, 1977, p. 44).

¹⁷ Caio Navarro de Toledo discorda de uma visão da historiografia que defende que havia uma disposição da esquerda em promover um Golpe, pois esse argumento acaba por dar elementos para os militares justificarem o Golpe Militar. O autor ressalta o imobilismo do Grupo dos Onze e das Ligas Camponesas após o Golpe, ou seja, se a esquerda estava preparando, ela mesma, um Golpe, por que não reagiu ao golpe da direita? “Como o golpe de 1964 amplamente evidenciou, nem as Ligas nem os Grupos dos Onze foram capazes de explodir um único rojão contra os sediciosos. De outro lado, as candentes ameaças de Julião e as ‘pregações revolucionárias’ de Brizola revelaram, na prática, ser autênticas bravatas ou meros ‘fogos de artifício’, sem nenhuma eficácia em termos de arregimentação e organização política dos setores populares”. O próprio PCB, que também recebera acusações golpistas, teve postura e discurso equivocados, pois “às vésperas do golpe, o secretário-geral do PCB, Luis Carlos Prestes, teria afirmado que as forças de direita teriam as *cabeças cortadas*, caso ousassem desfechar o golpe... É também lembrado que, num programa de TV em São Paulo, no início de 1964, Prestes teria apoiado a proposta de uma Constituinte, a ser convocada antes da eleição presidencial prevista para 1965” (TOLEDO, 2004, p.40).

encerrada com eloquentes discursos de deputados do PSD e da UDN contra o governo Goulart. Como observou um estudioso, tais demonstrações tinham o propósito de ‘criar clima sócio-político favorável à intervenção militar, bem como de incitar diretamente as forças armadas ao golpe de Estado’. Estas manifestações civis – onde praticamente era inexistente a presença popular e operária – nunca foram ‘espontâneas’; além de se inspirarem em campanhas anticomunistas realizadas em outros países, sempre foram estimuladas e incentivadas pelos conspiradores na área militar (TOLEDO, 1988, p.99-100).

Os ingredientes para o golpe civil-militar estavam dados e o General Mourão Filho precipitara o golpe, até então marcado para o dia 02 de abril, sob a articulação do General Castelo Branco, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. No dia 30 de março Mourão Filho encaminha suas tropas para a capital Federal, não encontrando resistência, o Golpe foi dado e a *Operação Brother Sam*, assim como a atuação dos *Boinas Verdes* que se encontravam em território brasileiro não precisaram intervir diretamente, como se supunha, caso houvesse resistência ou uma guerra civil. O êxito da antecipação do General Mourão Filho no golpe levou o embaixador dos Estados Unidos no Brasil Lincoln Gordon a confidenciar com Carlos Lacerda “estar ‘muito feliz’ com a vitória da sublevação de Minas Gerais, ‘porque evitou uma coisa muito desagradável, que seria a necessidade de intervenção militar americana no Brasil’” (MUNIZ, 1978, p.175). Nas palavras de Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello (1998, p.618),

O que estava em jogo, isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos.

Portanto, 1964 representou a imposição, pela força, de uma das formas possíveis de sociedade capitalista no Brasil.

Com o golpe civil-militar, o primeiro modelo referido acima sai vitorioso e as Reformas de Base propostas por Jango, a reforma agrária, a Lei de Remessas de Lucro, assim como o posicionamento anti-imperialista são postos de lado e iniciam-se reformas políticas e econômicas que coadunam com os interesses de setores conservadores, civil, político, militar e do governo estadunidense, assim como das empresas transnacionais e do capital financeiro nacional e internacional.

O primeiro governo militar, Castelo Branco - talvez o maior articulador militar do golpe - , através de sua equipe econômica, promove alterações imprescindíveis para a valorização do

capital financeiro, como a reforma bancária, além de reformulação na Lei 4.131, que tanto descontentamento causou aos interesses das empresas transnacionais, quando sancionada.

Abordaremos agora a política econômica do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) por considerarmos que esse Plano, que tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico brasileiro e colocar o Brasil no seleto grupo de “Grande Potência” acirrou o processo de dependência financeira, pela forma como foi conduzido, incentivando as empresas privadas e estatais a se endividarem no mercado financeiro internacional e quando estoura o Segundo Choque do petróleo em 1979 e os Estados Unidos adotam uma política econômica de “retomada de sua hegemonia”, com significativa elevação das taxas de juros em dólar, explode a crise da dívida externa na década de 1980 e a economia brasileira é colocada, durante esse período, a reboque de conseguir saldos na balança comercial para o pagamento desses juros, ou seja, pagar, com um custo muito elevado, o endividamento promovido durante a ditadura militar, principalmente no II PND.

4) Política Econômica do II PND e Crise

O II PND¹⁸ foi divulgado à Nação pelo presidente Ernesto Geisel na reunião ministerial de 10 de setembro e sancionada pelo presidente através da Lei número 6.151 em 4 de dezembro de 1974 para o quinquênio de 1975 a 1979.

A projeção do governo era a de que em 1977 o PIB (Produto Interno Bruto) ultrapassasse a casa dos US\$100 bilhões e que o Brasil se transformasse na oitava maior economia mundial. O II PND tinha metas audaciosas e contava com uma participação central do Estado¹⁹ no planejamento e execução do Plano e das empresas estatais, além das empresas privadas nacionais e estrangeiras, formando o chamado tripé.

Para tentar alcançar os objetivos estabelecidos pelo II PND, o governo define alguns setores que não serão prioritários nesse Plano e que, com isso, tem que ser desestimulados, esses

¹⁸ Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/1974II-PND/pdf/II-PND.pdf.

¹⁹ O papel do Estado e das empresas estatais são evidenciados nessa passagem: “[o] processo de alargamento das fronteiras de expansão do capitalismo, em sua fase avançada e oligopolista, transformou de forma significativa algumas economias periféricas, incorporando-as definitivamente à franja do mundo industrializado”. Nesse processo, “fica patente que a forma de intervenção do Estado é decisiva. O que se requer é que o Estado funcione como aglutinador de um processo de monopolização de capital no âmbito de sua economia nacional para viabilizar, diretamente (através de empresas públicas) ou indiretamente, a constituição do departamento de bens de produção. O grau em que o Estado consiga avançar nesse sentido determina o nível de integração e as possibilidades de expansão, que podem ser alcançadas pelo capital internacional” (COUTINHO e BELLUZZO, 1998, p.26-27).

setores foram o carro-chefe durante o I PND. “O CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial) declarou taxativamente que indústrias como têxteis, automobilísticas, eletrodomésticos, plásticos etc. (a lista é muito mais extensa) deixavam de ser prioritárias” (Lessa, 1977, p.55).

Nesse sentido, o Plano tinha como meta resolver os “gargalos” da economia brasileira, através de uma leitura de que a industrialização brasileira durante o “milagre econômico”²⁰ havia sido “desequilibrada” e se fazia necessário completar o parque industrial brasileiro. Para Celso Furtado (1982, p.35-36),

[...] não se visualizou apenas completar o sistema industrial, ‘enegrecer’ a matriz das relações interindustriais. Pretendeu-se ademais alcançar, no mesmo salto, outro objetivo não menos ambicioso, qual seja a solução do problema do estrangulamento externo, decorrente da não renovação de um setor exportador que permanecia na dependência de produtos primários de demanda pouco elástica. À nova vaga de industrialização caberia, portanto, produzir uma dupla transformação na economia. As indústrias favorecidas – inseridas nos setores em que o País estava relativamente atrasado – seriam desenhadas de forma a abastecer o mercado interno, em rápida expansão, e a poder competir nos mercados exteriores, dando origem a linhas dinâmicas de exportação.

Depreende-se que o Plano está inserido em um projeto desenvolvimentista, apesar de dependente que atende, em grande medida, aos interesses das empresas multinacionais²¹, mas ao

²⁰ Os principais motivos do “milagre” econômico seriam: utilização da capacidade ociosa no setor manufatureiro e industrial; contenção dos salários dos trabalhadores, o que aumentou significativamente a taxa de lucro dessas empresas e crescimento do comércio internacional. “Contudo, a redução dos custos salariais e a maior flexibilidade externa não teriam sido suficientes para causar a aceleração do crescimento. Ao comportamento da demanda coube papel fundamental: cresceu o poder de compra dos consumidores de salários médios e altos ao impulso de uma política de crédito à compra de bens duráveis e de consumo e da própria aceleração do crescimento, que engendrou brusca elevação da demanda de quadros profissionais e trabalhadores especializados, cujos ordenados e salários podiam crescer livremente. Graças a essa modificação no perfil da demanda de bens de consumo, em favor dos grupos de rendas médias e altas, a indústria de bens duráveis pôde crescer com a taxa média anual de 23,8 por cento, abrindo o caminho para as economias de escala e a auto-ampliação de seu mercado mediante redução de preços relativos. O Brasil instalava-se na era dos eletrodomésticos e do automóvel de turismo, se bem que a metade da população permanecesse abaixo da linha de pobreza absoluta” (FURTADO, 1982, p.22). Entre 1968 e 1973 o crescimento médio do PIB foi em torno de 11% ao ano. Para Mello e Novais (2009, p.83), “o Estado tratou de estimular e garantir o crescimento econômico rápido, distribuindo incentivos, crédito subsidiado, fazendo investimentos maciços em obras públicas urbanas – a serviço em boa medida do automóvel –, em aço, energia elétrica, telecomunicações, petróleo, petroquímica. Para os pobres e miseráveis, reservou a expulsão do campo, a compressão dos salários de base, facilitou a dispensa, calou os sindicatos. Bastavam os empregos criados pelo crescimento econômico”.

²¹ Nas palavras de Campos (2009, p.84), “ao tratarmos dos requisitos exigidos pelas empresas multinacionais para investirem no país, temos que transpor a análise a dois níveis de distinção do IDE: o antigo e o novo. O primeiro, estabelecido na indústria de bens de capital e consumo duráveis, continuou exigindo proteção do mercado interno, facilidades para captação de empréstimos externos e estabilidade política para manter seu ingresso. Já o novo, que se fixou basicamente na indústria de bens intermediários – apesar de muitas de suas exigências serem semelhantes a do antigo por ter um perfil voltado ao *drive* exportador –, só se instalaria se tivesse uma ampla oferta de recursos naturais escassos em escala mundial, mão-de-obra barata, incentivos fiscais e facilidades financeiras. A maneira

mesmo tempo, tenta imprimir um nível de desenvolvimento coadunado ao projeto de um país desenvolvido, com um parque industrial consolidado. Para Ricardo Carneiro (2002, p.60), o II PND pode ser resumido em quatro eixos centrais: “modificações na matriz industrial, ampliando a participação da indústria pesada; mudança na organização industrial, acentuando a importância da empresa privada nacional; desconcentração regional da atividade produtiva, visando a reduzir a concentração espacial da produção; e, finalmente, melhoria na distribuição da renda”.

O II PND foi uma resposta à crise mundial²², que no final da década de 1960 apresentava-se como uma crise de superacumulação do capital²³, “o sistema monetário internacional já havia mergulhado em crise desde 1968, pela persistência do déficit estrutural do balanço de pagamentos norte-americano, causados pelas enormes despesas militares (Vietnã) e pelo movimento de exportação de capitais” (COUTINHO e BELLUZZO, 1998, p.12). Como resultado, em 1971, o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, anunciou o fim do padrão ouro para o dólar e a moeda estadunidense sofre uma desvalorização, causando uma crise monetária.

A crise estrutural do capital no início da década de 1970²⁴, a primeira desde a II Guerra Mundial “a golpear simultaneamente todas as grandes potências imperialistas” (MANDEL, 1990, p.9) e diminuir significativamente o comércio mundial, redundou na diminuição da taxa de inversão dos países que lideravam a expansão e “essa contração rápida da taxa de investimento foi certamente resultado da queda da taxa de acumulação produtiva, em função da criação de capacidade ociosa não-planejada no período de auge” (COUTINHO e BELLUZZO, 1998, p.14).

como o Estado garantiu tais requisitos foi influenciando em um padrão de desenvolvimento capitalista capaz de dar sustentabilidade institucional à associação do capital internacional com as empresas estatais e as privadas nacionais na forma de *joint ventures*. Certos projetos industriais se mostravam empreendimentos de alto risco, lenta maturação e de grande soma de investimentos, que exigiam a presença do poder estatal como forma de sustentar a lucratividade do negócio. Em contrapartida, o país contaria com certas transferências tecnológicas e acúmulo de divisas”.

²² “Com a crise internacional, “ganham força as teses desenvolvimentistas através do II PND, ambicioso programa substituidor de importações que, a partir de grandes projetos públicos nas áreas de infra-estrutura e de insumos básicos, visava dar vigoroso impulso à industrialização doméstica de bens de capital e, com isso, completar a estrutura industrial brasileira. Na lógica do discurso desenvolvimentista, persistia a tese da necessidade de ‘poupanças externas’, só que, agora, com uma diferença fundamental: os recursos tomados no exterior seriam utilizados não mais na aceleração de um crescimento desequilibrado, como o do ciclo expansivo anterior, mas sim num amplo programa que visava eliminar pela raiz a dependências da economia brasileira em relação às economias centrais” (DAVIDOFF CRUZ, 1999, p.187).

²³ Situação em que há um volume significativo de excesso de capital na economia, o qual não pode ser investido, no setor produtivo, à taxa média de lucro normalmente esperada pelos proprietários do capital.

²⁴ Para compensar a diminuição da taxa de lucro no setor produtivo, houve, a partir da década de 1970, reformas estruturais conhecidas como neoliberais, cujo objetivo era amenizar as perdas no setor produtivo e promover o recrudescimento do capital fictício para compensá-las, iniciando um processo de desregulamentação desse capital, rompendo com os acordos de 1944, conhecido como Bretton Woods, que lhe impuseram um maior controle, devido à crise de 1929.

Desta feita, a crise do petróleo em 1973, com a quadruplicação de seu preço “funcionou simplesmente como um detonador da crise e não sua causa” (COUTINHO e BELLUZZO, 1998, p.14).

Apesar da dívida externa brasileira ter aumentado significativamente durante o período do milagre econômico, em que saltou de “3.344 milhões de dólares, em 1967, para 12.572 milhões em 1973”²⁵ (FURTADO, 1985, p.24), a crise internacional permitiu ao Brasil conseguir capitanear recursos no mercado financeiro internacional para financiar o II PND, e com isso, aumentar ainda mais o endividamento externo, pois os países centrais, numa situação de recessão, estavam mantendo taxas de juros baixas e como os países exportadores de petróleo estavam com grande saldo em sua balança comercial, uma parte desse saldo foi destinada aos bancos que precisavam emprestá-los. O Brasil foi um dos países eleitos para “reciclar esses petrodólares”²⁶, “os credores consideravam o Brasil como uma dos poucos mercados com potencial de expansão interna [...]. Entendiam também, além disso, que o programa de substituição de importações não significava diminuir as encomendas de bens de capital, senão aumentá-las, tanto para as filiais residentes como para as matrizes no exterior” (TAVARES, 1985, p.44-45).

Para incentivar a “captura de fontes externas”, o governo brasileiro mantinha uma taxa de juros interna elevada, desta forma, as empresas adquiriam recursos no mercado internacional – euromercado –, com uma taxa de juros baixa, porém flexível²⁷, que tinha como resultado o aumento da dívida externa. “Após o golpe militar, e durante os anos 60 e 70, as ações do governo brasileiro foram decididamente estimuladoras de entrada de capitais externos. [...] Adotaram-se medidas destinadas a viabilizar o ingresso massivo de capitais de empréstimos que começavam a se tornar abundantes no euromercado de moedas” (DAVIDOFF CRUZ, 1985, p.122-123).

²⁵ Davidoff Cruz (1999, p.22) chama atenção para “o caráter predominantemente financeiro, ou seja, não-produtivo, do endividamento ocorrido no período [que] fica evidenciado quando se observa que as contratações líquidas de empréstimos e financiamentos tiveram como contrapartida principal a formação de reservas internacionais, ou seja, a criação de poder de compra que não se realiza no período e que retorna ao circuito financeiro internacional”. Ainda, de acordo com Furtado (1982, p.24), “as reservas de câmbio passaram, no mesmo período, de 199 para 6.417 milhões. Portanto, 67 por cento do incremento da dívida destinaram-se à acumulação de reservas”.

²⁶ “O enorme aumento de liquidez internacional, provocado, a partir de 1974, pelos excedentes dos países exportadores de petróleo, não encontrou aplicação fácil nos países industrializados, que se empenharam em recuperar o equilíbrio externo abalado pelo aumento dos preços do petróleo ainda que apelando para a recessão” (FURTADO, 1982, p.18).

²⁷ “O processo de ajustamento da economia brasileira foi viabilizado pela abundante liquidez dos mercados internacionais de crédito. As políticas de câmbio, crédito, juros e preços públicos trataram de criar as condições para que os agentes domésticos – públicos e privados – fossem induzidos a preferir as fontes externas de financiamento. Descontadas as oscilações, o sentido mais geral da política econômica do período foi caracterizado pela elevação da taxa real de juros interna, restrições à expansão do crédito doméstico, crescimento da dívida mobiliária e defasagem na desvalorização cambial” (BELLUZZO, 1987, p.6).

Antes do Golpe Militar, como exemplo desses estímulos, temos a resolução 4.131, conhecida como Lei de Remessas de Lucros, cujo objetivo era estabelecer as regras para o capital privado estrangeiro, diferenciando-se do capital nacional e, desta forma, impor limites para sua remessa ao exterior. Essa Lei foi aprovada pelo Congresso em 3 de setembro de 1962 e sancionada pelo presidente em janeiro de 1964, “uma das pontas da polêmica girava em torno da proposta do governo brasileiro de não considerar investimento estrangeiro a parte dos lucros aqui auferidos e aqui reinvestidos, pelo fato de reduzir muito e, em alguns casos, quase eliminar as remessas de lucro” (GENNARI, 1999, p.165). A aprovação dessa Lei praticamente “provocou a paralisação das remessas de lucros para o exterior e, conseqüentemente, do afluxo de capitais e investimentos para o Brasil” (GENNARI, 1999, p.163-164). A Lei 4.131 desagradou completamente os interesses das grandes empresas multinacionais que promoveram seus investimentos de maneira mais acentuada na periferia, principalmente na década de 1950, como forma de aumentar seus ganhos.

Após o Golpe Militar, em 1964, essa Lei é alterada, satisfazendo o interesse do grande capital e trazendo “de maneira inédita a possibilidade de intermediação direta de liquidez internacional pelas multinacionais instaladas no país” (CAMPOS, 2009, p.145), “além das vantagens quanto a prazos e custos, os empréstimos em moeda nos moldes da Lei n. 4131 mostraram-se especialmente atrativos às empresas de capital externo, de vez que passaram a representar um mecanismo de burla das restrições quanto à remessa de lucros originária de investimentos estrangeiros realizados no país” (DAVIDOFF CRUZ, 1999, p.130). Complementando a alteração da Lei 4.131 que beneficiava o capital internacional, o Banco Central estabelece a Resolução 63, de agosto de 1967, “permitindo a intermediação financeira direta entre as instituições privadas domésticas e as corporações de crédito internacional²⁸” (CAMPOS, 2009, p.147). Além disso, “as operações para repasses através da Resolução n. 63 constituíram, por sua vez, o elo através do qual as instituições financeiras locais absorveram

²⁸ “Tanto o capital internacional do setor produtivo quanto o da esfera financeira foram os grandes beneficiados dessa reforma que teve seu início na modificação da Lei de Remessas de Lucro. Essa reestruturação no padrão de desenvolvimento significou a imposição sistemática dos interesses da internacionalização em detrimento das necessidades internas. Por meio da exigência de mecanismos institucionais que integrassem a estrutura financeira nacional ao ritmo de expansão do crédito internacional, essa reforma estrutural concedeu enormes vantagens, com prazos alongados e custos baixos à captação de empréstimos externos, dos quais as filiais instaladas no país desfrutaram de maneira intensa nos anos 70” (CAMPOS, 2009, p.147). Além disso, “o princípio básico dessa legislação é que o investidor externo tem tratamento idêntico àquele que é dado ao capital nacional” (GONÇALVES, 1999, p.61).

quantidades massivas de recursos originários do sistema financeiro dos países avançados no bojo do forte movimento de internacionalização financeira verificado no período (DAVIDOFF CRUZ, 1999, p.186). Tanto a Lei 4131 quanto a Resolução 63 vão influenciar diretamente no aumento da dívida externa brasileira.

Desta forma, as reformas ocorridas principalmente no primeiro governo militar, Castelo Branco, no âmbito do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), permitiram remunerações dos investimentos financeiros no Brasil, além de facilidades ao ingresso de capitais externos de empréstimos e “se constituiu no País uma estrutura bancária atrelada ao sistema financeiro internacional²⁹” (FURTADO, 1982, p.27). Ainda há, a partir de 1974, no Brasil, “o ‘*open market*’ – ou seja, operações especulativas no mercado de dinheiro” (LESSA, 1977, p.61). De acordo com Aloísio Teixeira (sd, p.24), nesse processo, ocorre o mecanismo da ciranda financeira, em que,

[...] sua lógica é conhecida: forçando a taxa de juros, a partir da taxa de descontos das LTNs, que funciona como uma espécie de *prime rate* no mercado brasileiro, o governo incentiva as empresas a tomarem empréstimos externos em moeda, aproveitando-se da situação de liquidez folgada e taxas de juros baixas prevalecentes no mercado internacional. A entrada destes recursos para cobrir os déficits no balanço de pagamentos e permitir a ampliação do nível de reservas – considerada condição necessária para viabilizar a política de expansão dos investimentos públicos – criava aumentos de liquidez indesejáveis. Para enxugá-los, mais LTNs eram lançadas em circulação, a taxas de desconto crescentes, o que realimentava o circuito.

Além das LTNs (Letras do Tesouro Nacional), em 1966, foram criadas as ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), que são títulos da dívida pública que rendem juros e correções cambiais, aumentando o montante dessa dívida. Após o elevado endividamento brasileiro, começa a haver a estatização da dívida externa, facilitada, entre outros, pela Resolução 432 do Conselho Monetário Nacional, em que, segundo Tavares (1985, p.70-71),

[...] qualquer devedor ao exterior poderia, a qualquer tempo, transferir ao Banco Central, em caráter temporário ou definitivo, o remanescente de sua dívida nas condições contratadas, desde que nele depositasse os cruzeiros correspondentes ao principal da obrigação na data. Foi o sinal

²⁹ “As taxas de juros reais que prevaleciam no mercado financeiro internacional eram, nessa época, muito baixas (e, mesmo negativas), sempre que o risco cambial fosse assumido pelo Banco Central, tornava-se extremamente lucrativo operar com recursos captados fora do país. [...] Os capitais repassados pelos bancos de investimento não apenas eram de juros mais baixos, mas também eram os que podiam ser emprestados a prazos mais longos. Esse processo foi particularmente favorável às subsidiárias de empresas estrangeiras, que, graças aos apoios externos de que desfrutam, passaram a dispor de recursos financeiros em condições privilegiadas” (FURTADO, 1982, p.28).

para a estatização crescente da dívida privada, a um custo em dólares para o Banco Central equivalente ao *spread* arbitrado pelo credor e aceito pelo devedor originais – não raro, matriz externa e subsidiária interna de um mesmo banco, ou vice-versa.

A partir de 1977, com a elevada taxa de juros interna, além da inflação e a diminuição do consumo, quem passa a levar adiante os investimentos, apesar de que num ritmo menor, é o setor público, pois as empresas multinacionais “fugiram para as zonas mais rentáveis do investimento especulativo no mercado financeiro ou para o mercado de terras, na agroindústria exportadora ou na mineração” (TAVARES, 1985, p.61), culminando com o fracasso do II PND.

No período do II PND, o crescimento médio do PIB foi de 6,3% ao ano e o aumento da dívida externa foi espetacular, passando de US\$ 2,5 bilhões no início da ditadura militar para mais de US\$ 100 bilhões em 1985, e a concentração da dívida externa bruta no setor público “passou de 24,9% em 1972 para 50,4% em 1975, atingindo 76,6% em 1980” (TEIXEIRA, sd, p.101), caracterizando-se o processo de estatização da dívida.

O segundo choque do petróleo em 1979, a elevação da taxa de juros dos Estados Unidos e a decretação da moratória mexicana em setembro de 1982 vão mudar completamente o destino dos recursos disponíveis no mercado financeiro internacional, que deixam de ter países, a exemplo do Brasil, como destinatários. Estes passam a ser exportadores líquidos de capitais para pagar agora a elevada taxa de juros dos empréstimos contratados anteriormente, redundando no “coroamento formal de um processo cujas origens remotas se encontram no golpe de 64 e no regime por ele instaurado, que ao longo do tempo foi deslocando o eixo da dependência econômica do campo tecnológico e industrial para o financeiro” (TAVARES & ASSIS, 1985, p.79).

5) Considerações Finais

O golpe civil-militar no Brasil já era projetado há algum tempo, desde o segundo mandato do presidente Getúlio Vargas, cuja repercussão social em função de seu suicídio adiou essa pretensão, ainda, quando Jânio Quadros renuncia os conservadores não querem que João Goulart assuma a presidência da República e promovem o parlamentarismo para diminuir seus poderes enquanto presidente da Nação.

O plebiscito que resulta na volta do sistema presidencialista vai respaldar Jango para a mudança econômica e social do país. Em princípio bastante tímido, o presidente toma a decisão

de defender as reformas de base e levar adiante as propostas do Plano Trienal calcadas na reforma agrária e tributária, entre outras, além de sancionar a Lei 4.131.

Contudo, como essas propostas atingiam diretamente os interesses dos setores conservadores nacionais que queriam manter a estrutura agrária intacta e as indústrias em uma relação de subordinação em relação às empresas transnacionais, houve reação nacional e internacional, pois essas propostas iam em desencontro com os interesses das indústrias transnacionais que haviam se instalado no Brasil, em grande medida, no período do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A reação foi imediata, dada a articulação que estava havendo e em 1º de abril de 1964 é dado o golpe civil-militar. A ditadura militar no Brasil acaba com a possibilidade de uma política de reforma-agrária, mantém o grande latifúndio, o baixo nível salarial urbano, a imensa concentração de renda no país, tira a participação popular de decisões sobre os destinos da Nação, atende aos interesses das grandes empresas transnacionais - tanto é que uma das primeiras medidas do PAEG é alterar a Lei de Remessa de Lucro -, mantém uma diplomacia alinhada e subserviente aos Estados Unidos, aumenta a dívida externa absurdamente, principalmente no período do II PND, com desdobramentos negativos na década seguinte para pagar essa dívida.

A ditadura militar no Brasil aprofunda a situação que João Goulart se propõe a alterar, como demonstra um excerto de seu discurso no comício em que defende as reformas de Bases para o Brasil:

A maioria dos brasileiros já não se conforma com uma ordem social imperfeita, injusta e desumana. Os milhões que nada têm impacientam-se com a demora, já agora quase insuportável, em receber os dividendos de um progresso tão duramente construído, mas construído também pelos mais humildes [...]. Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. É negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro [...]. Assim, a reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano. Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo.³⁰

Após o golpe civil-militar, a política econômica adotada atende aos interesses do grande capital internacional, principalmente esposadas no PAEG, que altera significativamente as

³⁰ Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/ha-cinquenta-anos-o-discurso-da-central/>.

restrições que o país impunha às remessas de lucro ao exterior, situação essa que desagradava significativamente aos interesses imperialistas, como exemplo tem-se com o PAEG a instrução 289 que possibilitava às empresas estrangeiras no Brasil obter empréstimos no exterior, posteriormente, a Resolução 63 que facilitou às empresas nacionais também acesso ao capital financeiro internacional.

Seguindo à política econômica dos militares, há em 1975, durante o governo do general Geisel o II PND cujas metas e forma de financiamento levarão Belluzzo (1984) a argumentar que durante no II PND, escolheu-se o caminho fácil do endividamento devido à elevada oferta de crédito no mercado financeiro internacional e essa demanda por crédito acabou aumentando significativamente o endividamento brasileiro e que na verdade o país deveria, naquele momento, ter renegociado a dívida, pois as condições eram mais favoráveis e o Brasil detinha reservas cambiais, ao invés disso optou-se por mais endividamento. Nas palavras de Belluzzo (1984, p.121),

O processo de acomodação da economia brasileira ao primeiro choque do petróleo foi conduzido pela linha de menor resistência do endividamento galopante, um verdadeiro álibi para escapar às responsabilidades de um austero planejamento a médio e longo prazos capaz de alterar profundamente a matriz energética e o sistema de transportes. A despeito da ênfase verbal nas políticas de substituição de combustíveis, o que se fez foi muito pouco para reduzir efetivamente nossa dependência e vulnerabilidade [...]. As políticas internas equivocadas desempenharam um papel decisivo para o agravamento das dificuldades [...]. O Brasil, hoje, pode ser considerado um exemplo de como não se deve administrar uma crise do Balanço de Pagamento. Na verdade, a situação cambial vem sendo manejada desde 1974 com invejável incompetência. Não é admissível que ainda se continue atribuindo todas as nossas desgraças à desordem internacional. As políticas internas equivocadas desempenharam um papel decisivo para o agravamento das dificuldades.

Com o segundo choque do petróleo em 1979, a elevação da taxa de juros estadunidenses e a moratória mexicana em setembro de 1982 os fluxos de capitais com destino à América Latina cessaram e a imposição do ajustamento da economia brasileira para o pagamento dos juros da dívida externa foi intenso e, coroando a submissão nacional, houve, em 1983 o ajustamento voluntário com o FMI, onde a política econômica passou a ser delineada, em grande medida, pelo Fundo, redundando na estatização da dívida externa, em uma política recessiva, contenção salarial, diminuição das importações para gerar saldo na balança comercial, com o objetivo de conseguir os recursos para o pagamento dessa dívida, aumento da marginalidade, utilização das empresas estatais no sentido de absorver parte da dívida do setor privado e fornecer insumos e

bens subsidiados para as empresas privadas, principalmente estrangeiras, com retardo no reajuste de seus preços e tarifas, com o argumento de tentar conter a elevada inflação do período. Ainda, caracteriza-se no período um baixo crescimento do Produto. Ou seja, é o coroamento da total dependência política e econômica brasileiras, diante dos interesses internacionais, fruto do projeto vencedor com o golpe civil-militar de 1964.

Bibliografia

- BAER, M. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BASBAUM, L. *História sincera da República de 1961 a 1967*. 2 ed. v. 4, São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, P. P. Z. & FONSECA, P. C. D. (orgs). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BELLUZZO, L. G. M. Financiamento externo e déficit público. In: *FUNDAP*. 1987.
- BELLUZZO, L. G. M. *O senhor e o unicórnio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CAMPOS, F. A. A Arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). Campinas: 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise – A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, SP: Unesp/IE-Unicamp, 2002.
- CASTRO, A. B. & SOUZA F. E. *A economia brasileira em marcha forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: *Economia e Sociedade*. Instituto de Economia da Unicamp, n. 1, ago, 1992.
- COUTINHO, L. G. e BELLUZZO, L. G. M. Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974. In: BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4. ed. Campinas: Unicamp-IE, 1998, v.1.

DAVIDOFF CRUZ, P. R. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Teses).

DAVIDOFF CRUZ, P. R. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores públicos e privados na crise dos anos oitenta. In: *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, v.5, n. 1, ago. 1985.

DREIFFUS, R. A. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 5 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

FURTADO, C. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GENNARI, A. M. *Réquiem ao capitalismo nacional: lei de remessa de lucros no Governo Goulart*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LESSA, C. *A estratégia de desenvolvimento, 1974/1976; sonho e fracasso*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998 (30 Anos de Economia – UNICAMP, 5).

LESSA, C. Visão Crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento. In: *Revista Tibiriçá*, n.6, jan.-mar. 1977.

MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MELLO, J. M. C. O significado da “Revolução de 64”. In: *Aula proferida no IE/Unicamp*. 16/08/1990.

MELLO, J. M. C. e BELLUZZO, L. G. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4. ed. Campinas: Unicamp-IE, 1998, v.1.

MELLO, J. M. C e NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

MELLO, J. M. C e NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- MENDONÇA, S. R. & FONTES, V. M. *História do Brasil recente: 1964-1992*. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1996.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4 ed, Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.
- RESENDE, A. L. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. (org). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- SOARES, G. D. O golpe de 1964. In: SOARES & D'ARAÚJO (orgs.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.
- TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: *Revista de Economia Política*. Vol. 5, n.2, abril/junho, 1985.
- TAVARES, M. C. & ASSIS, J. C. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- TEIXEIRA, A. *Vinte anos de política econômica: evolução e desempenho da economia brasileira de 1970 a 1989*. Mimeo: Unicamp, sd.
- TOLEDO, C. N. Falácias sobre o golpe de 1964. In: *Revista Crítica Marxista*. Campinas-SP: Revan, n. 19, 2004.
- TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o Golpe 64*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.